FORUM 15/16, Jan.-Jul. 1994, Pág. 13-20

O IMPRESSOR JOHANN GHERLINC E O *BREVIARIUM BRACHARENSE* DE 1494*

ARTUR ANSELMO

No dia 12 de Dezembro de 1494 – faz hoje, precisamente, quinhentos anos –, Johann Gherlinc concluía, na "augusta cidade de Braga, a primaz das Espanhas", como se indica no cólofon, o famoso *Breuiarium* impresso em caracteres tipográficos. Do cimélio conhecem-se hoje dois exemplares (um na Câmara Municipal de Cantanhede e outro na Biblioteca Nacional de Lisboa), embora haja notícia de um terceiro exemplar que há anos estava em Arouca e que, enviado para Lisboa a fim de ser restaurado, viria a desaparecer em condições misteriosas.

Antes de entrarmos no tema desta palestra – a actividade profissional do impressor Gherlinc, luminosamente atestada pela impressão do *Breuiarium Bracharense* –, seja-nos permitido levantar aqui uma questão patrimonial, que interessa, ao mesmo tempo, a Braga, a Cantanhede e à Cultura Portuguesa.

A questão a que aludimos resume-se a uma pergunta: será lícito manter na posse da Câmara Municipal de Cantanhede, guardado no cofre das suas instalações ou depositado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, o mais perfeito exemplar do *Breuiarium* de 1494 que hoje se conhece? Para

* Texto da conferência proferida em 12 de Dezembro de 1994, a convite da Biblioteca Pública de Braga, a propósito da Comemoração do V Centenário do Primeiro Livro Impresso em Braga.

responder de modo fundamentado a esta pergunta, convirá lembrar as circunstâncias em que o cimélio saiu de Braga e foi para Cantanhede. Sucedeu isso depois de 1888, ano do falecimento do arcebispo Dom João Crisóstomo de Amorim Pessoa, que governara a arquidiocese desde 1877 até resignar em 1882. Este prelado deixou toda a sua livraria à Câmara de Cantanhede e os manuscritos à Universidade de Coimbra, na qual se doutorara. Ora, encontrando-se entre os livros do arcebispo, à data da sua morte, o exemplar do *Breuiarium* de 1494, não houve o cuidado – ou, se houve, disso não temos notícia – de averiguar se o cimélio pertencia à mitra bracarense ou aos bens particulares do arcebispo, aliás natural de Cantanhede, o que explica a doação. Nem sabemos se Dom João Crisóstomo, que viveu os últimos cinco anos na sua quinta de S. João Baptista de Cabanas, na freguesia de Dume, mantinha em seu poder o *Breuiarium* com a intenção de proceder a investigações de carácter histórico ou litúrgico, conquanto se possa pensar que um prelado a quem o Rito Bracarense não era particularmente simpático (chegou mesmo a impedir que se ensinasse a liturgia tradicional de Braga no seminário instalado no antigo Colégio de São Paulo) teria porventura outros interesses, como bispo resignatário e como bibliófilo. Deste modo, a não se provar irrefutavelmente o contrário – isto é, que Dom João Crisóstomo fora presenteado com o *Breuiarium* por algum particular ou o adquirira à sua custa –, entendemos, salvo melhor opinião, que a Câmara de Cantanhede praticaria um acto de nobreza e de justiça se devolvesse o *Breuiarium* ao Paço dos Arcebispos e a Braga, onde o exemplar se encontrava no tempo em que Dom João Crisóstomo tomou conta da diocese.

Foi em parte, do exemplar de Cantanhede que se fez recentemente (1987) uma edição fac-similada do *Breuiarium* de 1494, editada pela Imprensa Nacional / Casa da Moeda. Aí se informa que o exemplar reproduzido é o da Biblioteca Nacional. Lapso infeliz: na verdade, o que se reproduz não é o exemplar de Lisboa, mas sim este e o de Cantanhede, como pudemos verificar sem dificuldade. Aliás, na referida edição, nem sequer houve o cuidado de rectificar a dobragem do primeiro caderno (o do calendário da Igreja de Braga), que apresenta a seguinte ordem estrábica: Setembro, Outubro, Novembro, Dezembro, Maio, Junho, Julho, Agosto, Janeiro, Fevereiro, Março, Abril. A partir de certa altura, inexplicavelmente, as páginas ímpares são impressas como se fossem pares e estas como se fossem ímpares, o que provoca tremenda baralhada no foliação. As deficiências são, apesar de tudo, compensadas por duas vantagens indiscutíveis: por um lado, a comunidade científica internacional dos historiadores do Livro passou a dispor de um instrumento de trabalho que fazia falta, sobretudo aos que, vivendo fora de Portugal, não tinham uma ideia precisa acerca do cimélio; por outro lado, a edição da Imprensa Nacional é valorizada por um sóbrio mas avisado prefácio de Pedro Romano Rocha, autoridade incontestável no estudo da liturgia bracarense.

Ao falarmos da liturgia bracarense (e, em particular, do *Breuiarium*), não podemos calar uma palavra de gratidão aos investigadores que, em nossos dias, têm carreado fartos materiais para a construção de um dos mais sólidos

edifícios da Hermenêutica Histórica e da chamada Bibliografia Material. Eles vêm na peugada de Monsenhor José Augusto Ferreira, têm trabalhado disciplinadamente sem quaisquer recompensas materiais e vão juntando, ano após ano, as pedras brancas da História da Liturgia Bracarense, com uma solidez que deixa a perder de vista as fantasiosas cogitações românticas. Chamam-se, por exemplo, António Luís Vaz, Avelino de Jesus da Costa, Joaquim Bragança ou Pedro Rocha: sem o seu contributo persistente, sem os seus ensinamentos, muito do que hoje se escreve e se diz acerca do rito da Igreja de Braga ficaria por escrever ou por dizer; ou então continuar-se-ia a repetir o que Bernardino Sena Freitas e Mgr. Ferreira já tinham apurado, numa época em que era mais ou menos corrente a penúria de investigações credíveis.

Pelo que toca à História do Livro, também se avançou bastante nos últimos anos, graças, sobretudo, à exemplar determinação de José de Pina Martins, o qual, em perfeita consonância com os esforços de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin para o estabelecimento das bases de uma nova disciplina científica na área do Livro, trouxe para Portugal o interesse por estes estudos. Somente na década de 60 do nosso século se tomou consciência, entre nós, da necessidade de refazer de alto a baixo – umas vezes com humildade, outras vezes com alguma sobranceria, convenhamos – tudo ou quase tudo o que os bibliógrafos dos séculos XVIII e XIX e da primeira metade do século XX tinham conseguido reunir. Pina Martins (em Lisboa e Paris) e Jorge Peixoto (em Coimbra) foram os animadores principais dessa tarefa ciclópica, que imediatamente começou a dar frutos, se não em todos os ramos (o da história do papel, por exemplo, foi talvez o mais desprezado), ao menos nos domínios da inventariação bibliográfica e da iconografia. O reaparecimento do *Tratado de Confissom*, em 1965, aproveitado por Pina Martins da melhor forma (o seu estudo sobre o cimélio de Chaves – não o esquecemos – foi um dos trabalhos que apresentou na Sorbonne para o doutoramento-de-estado), veio revolucionar completamente a questão dos primórdios da tipografia cristã no nosso país. E, neste aspecto particular, a descoberta sensacional feita pelo livreiro alcobacense Tarcísio Trindade acabou por reverter a favor da arquidiocese de Braga. De facto, o achado do cimélio flaviense vinha reforçar a ideia – já entrevista na impressão dos livros litúrgicos de Braga, mas agora com cinco anos de antecedência em relação ao *Breuiarium* impresso por Gherlinc – de que a tipografia cristã portuguesa se iniciara na arquidiocese de Braga: o *Tratado de Confissom* , executado por um tipógrafo desconhecido em 1489, em Chaves, vinha provar à saciedade a primazia bracarense na introdução da arte de Gutenberg no nosso país.

Noutras circunstâncias e noutro tempo, a redescoberta do cimélio flaviense talvez não tivesse despertado senão um vago interesse, semelhante ao que os investigadores dos séculos XVIII e XIX dedicaram aos incunábulos do Noroeste peninsular. Felizmente, porém, não foi isso que aconteceu: o entusiasmo de Pina Martins, no estudo rigoroso da prototipografia de Chaves, logo contagiou numerosos estudiosos, dentro e fora de Portugal, como os sábios espanhóis

Eugenio Asensio e Antonio Odriozola, a investigadora belga Suzanne Cornil, a brasileira Rosemarie Erika Horch, os portugueses Jorge Peixoto, José Montalvão Machado, Mário da Costa Roque ou José Marques, para só referirmos alguns dos que têm dedicado ao assunto cuidados exaustivos. É que, digamo-lo sem rebuço, entretanto se havia já começado a fazer em Portugal autêntica História do Livro, não tão ambiciosa, nos seus contornos e variantes temáticas, como a que nascera na Europa à volta da figura carismática de Henri-Jean Martin, mas, certamente, digna, problematizante, exegética, atenta às grandes linhas que fazem da História do Livro um campo privilegiado da História das Mentalidades. Conjugando os trabalhos destes ensaístas do Livro com o que de melhor lá fora se produz, não hesitamos em fazer nossas as palavras de mestre Henri-Jean Martin, quando, numa obra recente (*Le Livre Français sous l'Ancien Régime*), sintetiza deste modo os esforços dos actuais historiadores do Livro:

> Talvez qualquer historiógrafo venha a mostrar como, a seguir do Maio de 1968, à semelhança dos historiadores que se viraram para a História Económica depois da crise dos anos 30, os valores da História das Mentalidades foram descobertos, após o que, num novo período de crise, se regressou a uma concepção da História que incitava a nossa sociedade a enraizar-se mais solidamente no seu passado. E nós estamos todos, como é óbvio, cada vez mais preocupados com as transformações que o aparecimento de novos *media* e novos processos de escrita impõe ao nosso mundo. Daqui a renovação incessante das posições que temos tomado no decurso dos nossos estudos. Porque o historiador não pode fugir ao seu tempo. Mas, afinal de contas, a História passa e a erudição fica.

Retomando a observação arguta de Henri-Jean Martin, podemos dizer que a defesa da erudição tem sido outra das constantes dos nossos melhores investigadores, o que explica, de resto, e de certo modo, o facto de quase todos provirem do meio universitário tradicional, isto é, daquele que, nas aulas e nos trabalhos científicos, vem resistindo tenazmente à onda descaracterizadora e empobrecedora que, a continuar a bramir, em breve poderá fazer da Universidade Portuguesa um entulho de cursos médios para alunos subdesenvolvidos. Não pensamos, obviamente, na erudição pura e simples, acessível a qualquer indivíduo de memória pronta e algumas leituras, mas antes na erudição como trave-mestra dos estudos superiores, capaz de evitar as tentações reducionistas que marcam as visões parcelares dos que pretendem ficar sempre com a última palavra sobre as questões históricas. Se para outra coisa não servissem os estudos modelares de Luís de Matos, de Joaquim Veríssimo Serrão, de António Domingues de Sousa Costa, de Artur Moreira de Sá, de Armando de Jesus Marques, acerca do intercâmbio de escolares portugueses com a Europa na época do Renascimento, servir-nos-iam, ao menos, para provar que a melhor investigação produzida em Portugal foi sempre a que se fez no contacto com os

mais avançados claustros universitários da ciência europeia. Essa, sim, é a erudição que fica; essa a erudição que nos falta para pormos de pé os instrumentos de trabalho científico de que ainda carecemos como de pão para a boca.

O caso do impressor Johann Gherlinc, responsável pela execução tipográfica do *Breuiarium Bracharense* de 1494, pode constituir um excelente paradigma do que afirmamos. De facto, ainda hoje se não escreverá uma linha direita acerca de Gherlinc sem recorrer aos trabalhos eruditos e às investigações minuciosas que empreenderam, na primeira metade do nosso século, Konrad Haebler e Sanpere y Miquel, assim como, nos últimos quarenta anos, Madurell Marimón, Rubió y Balaguer, Francisco Vindel, Frederick Norton e Antonio Odriozola. Admitimos que nem tudo se tenha revelado e que algumas surpresas nos estejam ainda reservadas: a maior de todas seria, porventura, o reaparecimento de um exemplar do *Manuale Bracharense* (ou Ritual), que Gherlinc terminou em Monterrey, na Galiza, em 10 de Junho de 1496, edição certificada pelo Padre António Pereira de Figueiredo, que dela viu o exemplar existente no Paço dos Arcebispos, em Braga, perdido no incêndio que destruiu a riquíssima biblioteca do Paço em 15 de Abril de 1866. Mas o essencial da vida e obras de Gherlinc está hoje reconstituído, graças ao labor dos eruditos que referimos. Sabemos, assim, que Johann Gherlinc era oriundo da Alemanha e que trabalhou sucessivamente, entre 1488 e 1496, em Barcelona, em Braga, em Monterrey e em Salamanca, admitindo-se que tenha acabado os seus dias no Sul de França (Carcassonne, Narbonne e Toulouse), onde aparece em 1513 e falece em 1521.

De um ponto de vista meramente tipológico, os caracteres tipográficos que utilizou nos seus trabalhos pertencem, segundo Haebler, a uma árvore genealógica (ou *Stemma*, na terminologia ecdóctica) cujo tronco é a oficina de Heinrich Botel, em Lérida, e cujos ramos principais seriam representados por Gherlinc, pelo português Rodrigo Álvares (impressor de Dom Diogo de Sousa no Porto), por Pedro Miquel (de Barcelona) e por Diego de Gumiel (de Barcelona e Valhadolide). Sobre a maior parte dos impressores da sua época tinha Gherlinc a vantagem de ser não apenas tipógrafo mas também fabricante de punções e abridor de novas matrizes, o que, em nosso entender, explicaria a enorme profusão de famílias de caracteres tipográficos que deixou nos seus trabalhos. A preciosa documentação notarial reunida por Madurell e Rubió numa obra clássica (*Documentos para la historia de la imprenta y librería en Barcelona, 1474-1553*), publicada em 1955, regista vários qualificativos profissionais do impressor, uns em latim e outros em catalão, alguns dos quais, pelo seu interesse linguístico e técnico, nos parece oportuno indicar:

- 1486: Iohannes Gherlinc, empremptator librorum, de Alamania;
- 1487: Iohannes Gherlinc, empremptator librorum, habitator Barchinone;
- 1488: Iohannes Gherlinc, magister de stampa, civis, habitator Barchinone;

- 1489: Mestre Johan Garlinch, mestre de stampa, alamany;
- 1489: Mestre Joan Garlinç, mestre de letra de stampa, de Alemanya;
- 1490: Iohannes Gherlinc, empremptator librorum.

A designação de "mestre de letra de stampa", que figura num dos documentos de 1489, equivalia ao castelhano "escribano de libros de molde", com a qual se qualificava, num documento de 1491 revelado por Ferro Couselo em 1967, o impressor Gonzalo Rodriguez de la Pasera, associado ao editor Juan de Porres na primeira imprensa de Monterrey.

Nesta localidade Gherlinc imprimiria, depois da sua saída de Braga, um *Breuiarium Auriense*, em 1495, além do desaparecido *Manuale Bracharense* de 1496. Vem a propósito lembrar que, transferindo-se depois para Salamanca, antes de tomar o caminho do Sul da França, Gherlinc concluiu no burgo salamantino, em 1501, uma nova edição do *Breuiarium Auriense*, o que faz dele um dos mais poderosos impressores de livros litúrgicos das dioceses do Noroeste peninsular. Operoso mas também andarilho impenitente, pois será difícil encontrar, no seu tempo, quem lhe leve a palma em excursões terrestres de longo curso: primeiro, da Alemanha (não sabemos de que região alemã) para a Catalunha; depois, fugindo à *glánola* – nome que se dava na Catalunha à peste bubónica –, deixa tudo atrás de si (tipos, prensa e até punções) e dirige-se lentamente para o Norte, até chegar a Braga, talvez dois anos depois, e aqui trabalha para o arcebispo e o cabido de uma cidade a que chamará "a primaz das Espanhas", a seguir, passa a Orense e a Monterrey, executando encomendas para a catedral; como nem lhe pesa o trabalho nem lhe pesam os anos, vai depois para Salamanca; e, finalmente, como se demandasse outra vez a pátria germânica, vem a morrer em Toulouse.

Há uma página de Aquilino Ribeiro, aliás bem fantasiosa, em que o saudoso mestre da língua portuguesa evoca as andanças do português Rodrigo Álvares, discípulo de Gherlinc (ou, pelo menos, seu seguidor directo), desde Vila Real, sua terra de nascimento, até Saragoça, localidade onde provavelmente nunca terá estado. A dado passo da sua romântica reconstituição, escreve Aquilino:

> As bolsas bem cheias de cruzados ou, aos ombros, o borbal simples de visionário, no seu caminho mais directo encontrou cidades onde os prelos começavam a tirar: Zamora fidalga, Valladolid ilustre, se não Salamanca, famosa já pelas suas edições de *Leis* e *Sinodais*. Andando, em Saragoça encontrou em Paulo Hurus, o mestre ideal, oficina de imprimir e oficina de imaginário, e o romeiro considerou que não havia mister de ir mais longe. Aí, sob o olho severo do mestre alemão, aprendeu ele mesmo a compor, talvez, essas páginas duma tão bela ordenança das edições saragoçanas.

Ocorreu-nos este texto de Aquilino quando reflectíamos sobre a errância

constante de Gherlinc. Só que, em vez de o vermos, como Rodrigo Álvares, à procura de um mestre, ou a bater à porta de nobres e burgueses endinheirados, oferecendo-se para imprimir leis e sinodais, vemo-lo, antes, nas escolas conventuais, nos *scriptoria*, nos paços episcopais, a fazer prova do seu talento multímodo de compositor e impressor. E, enquanto Gherlinc maneja os caracteres no componedor, ou monta as fôrmas e as impõe no mármore, ou repassa de tinta os tipos metálicos feitos verbo fixo e genesíaco, ou estira o papel sobre as páginas que aguardam o contacto duro da platina accionada pelo torniquete, enquanto isto se passa em silêncio, à sua volta, de olhos bem despertos para não perderem nada do espectáculo, estão frades e copistas, está o *armarius*, estão cónegos do cabido e alguns notáveis da terra. No momento em que Gherlinc retira do prelo a folha de papel humedecido e exibe o texto negro e alinhado, tão perfeito como se fora escrito à mão pelo melhor copista do *scriptorium*, um clamor de espanto ecoa na sala. Tinha caído sobre a assistência maravilhada a primeira estrela cadente da Galáxia de Gutenberg.

Só mesmo a prosa estimulante de Aquilino nos levaria a abandonar, por escassos segundos, a regra de ouro da investigação, que manda resistir ao demónio do estilo e adubar o caldo da ciência unicamente com factos bem averiguados. Devemos confessar, assim, que ignoramos em que circunstâncias começou o trabalho de Gherlinc em Braga. Presumimos que, tendo chegado à cidade dos arcebispos no ano de 1492 ou de 1493, principiara por imprimir aqui, ainda antes do *Breuiarium*, um *Certificado de indulgências* do Papa Inocêncio VIII (falecido precisamente em 1492), folha volante destinada a distribuição entre os fiéis que contribuíssem para as despesas da Igreja na evangelização das terras africanas. Tratava-se de um ensaio tipográfico, realizado talvez com a intenção de mostrar ao cabido bracarense as insuspeitadas possibilidades técnicas da nova arte. Aliás, algo de semelhante ocorreria em 1530, quando Germão Galharde se preparava para dar início à actividade tipográfica no mosteiro de Santa Cruz: na verdade, o primeiro ensaio com caracteres móveis feito no convento crúzio de Coimbra foi um índice dos assuntos da obra *Espelho da Consciência*; só depois é que se imprimiu, em 1531, o extenso in-folio que contém o *Breuiarium* de Santa Cruz. Quer dizer: os trabalhos tipográficos de maior fôlego eram, por vezes, precedidos de uma espécie de prova de menor responsabilidade, ou teste às novas técnicas de reprodução da palavra escrita.

A decisão de passar a letra de fôrma os livros litúrgicos de Braga escritos de mão – em especial o *Breviário*, o *Manual de Sacramentos* e o *Missal* – fora tomada no sínodo realizado em Dezembro de 1488, sob a presidência do cónego e vigário-geral Sebastião Lopes, sendo arcebispo Dom Jorge da Costa. Era geral a falta de livros litúrgicos na mais extensa arquidiocese do país: a raridade e a carestia do pergaminho, a morosidade com que os *scriptoria* acudiam aos pedidos insistentes dos bispos, dos cabidos e dos provinciais das ordens religiosas, o isolamento das paróquias desprovidas de quaisquer livros, tudo se conjugava para fazer aumentar a incultura e a indisciplina. Por muito ciosa que fosse da originalidade da sua liturgia, a mitra bracarense não tinha

meios para fazer cumprir as determinações de arcebispos tão enérgicos como Dom Fernando da Guerra e Dom Luís Pires, que em vão apelavam para a difusão e prática do rito bracarense. Daí, um pouco à semelhança do que ocorrera nas comunidades judaicas, o alvoroço febril com que a invenção de Gutenberg foi recebida na Igreja Católica: a passagem do livro singular (manuscrito) ao livro plural (impresso) vinha finalmente dar cumprimento à profecia do Livro de Isaías: "O conhecimento do Senhor encherá a terra, tal como as águas já recobrem o mar". Dom Jorge da Costa e Dom Diogo de Sousa, que em Roma tinham apreciado as primeiras produções tipográficas impressas em Itália, levaram de imediato para as suas dioceses do Norte de Portugal o projecto de pôr em letra de fôrma textos cuja leitura se considerava prioritária: no caso de Braga, os livros litúrgicos; no caso do Porto, as constituições sinodais e a paráfrase, em língua vulgar, dos evangelhos e epístolas dos domingos e dias santificados.

A publicação de um livro, seja qual for o seu suporte material (pedra, argila, folha de palmeira ou de papiro, pergaminho ou papel, fita magnética ou disco) não é, nunca foi, um acto desprevenido e acidental. Nenhuma palavra escrita é arbitrária, no sentido de que sempre a determina qualquer motivação, assumida conscientemente ou escondida na penumbra do inconsciente individual, este, aliás, profundamente subsidiário do inconsciente colectivo. Os livros que se editam, hoje como ontem, respondem, assim, a apelos inelutáveis da condição humana e da própria sociedade no seu conjunto. Que a tipografia tenha sido aproveitada em Braga, logo nos seus primórdios, para a publicação dos livros mais entranhadamente bracarenses, isto é, aqueles que entroncavam a direito no dilema fundamental da diocese – resistir ou desaparecer –, é facto que devemos entender como perfeitamente natural. Imprimir os livros do rito bracarense a toda a velocidade e com toda a força, mal chegam notícias do aparecimento de uma nova arte – a tantos títulos divina, para o serviço da transcendência, mas também a tantos títulos diabólica, para o serviço dos interesses materiais que por vezes comandam a vida –, fixar no papel costumes antiquíssimos, nascidos do condicionalismo em que a diocese nascera e crescera, dar voz ao sagrado instinto de autonomia, que mal podia respirar por falta de livros em que se afirmasse, eis o que a tipografia tornou finalmente realidade.

Johann Gherlinc foi o artífice genial desse pequeno passo, pequeno para a Humanidade mas grande para Braga, que permitiu ao velho Rito Bracarense enfim respirar, enfim sossegar.